

Curitiba 11 de Abril de 2025.

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Ao
Banco Central do Brasil
Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig)

Em atendimento à Circular Nº 3.964 de 25/09/2020 e demais normas vinculadas, a empresa Servopa Administradora de Consórcios Ltda, inscrita sob. CNPJ: 76.515.071/0001-99 vem por meio deste disponibilizar as seguintes informações:

- Relatório da administração;
- Relatório da Auditoria Independente;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração de Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Recursos de Consórcios Consolidada;
- Demonstração de Variações nas Disponibilidades de Grupos Consolidada;
- Notas Explicativas;

Informamos que em 11/04/2025, as demonstrações financeiras foram publicadas no site da instituição, endereço:

<https://www.consorcioservopa.com.br/demonstrativos-financeiros>

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Como responsáveis pelo conteúdo destes documentos, declaramos que estes representam cópia fiel das demonstrações financeiras auditadas e disponibilizadas no site eletrônico da instituição.

Anya S. Voswinckel Celestino
SÓCIA QUOTISTA

Ricardo Vogman de Lima
CONTADOR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores cotistas

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa para os exercícios findos nesta data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de Dezembro de 2024 e consolidada das variações nas disponibilidades dos grupos dos exercícios de 2024 e 2023. Estas demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Servopa Administradora de Consórcios tem como objetivo a venda de cotas de grupos de consórcio de bens móveis e imóveis e opera no ramo de administração de grupos de consórcio há mais de 50 anos.

Governança Corporativa

A Servopa Administradora está alinhada às práticas avançadas de governança corporativa e, no seu modelo de processo decisório, possui comitês de gestão que deliberam de forma colegiada os assuntos relevantes.

Compromissos com as regulamentações do setor.

- As operações da Servopa Administradora de Consórcios estão em conformidade com os preceitos obrigatórios emanados pelas autoridades reguladoras e fiscais.
- No decorrer do exercício de 2024 a Instituição mantém em conformidade com a lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e circulares do Banco Central sobre Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo.

Agradecemos nossos clientes consorciados pela confiança e credibilidade demonstrados, aos nossos colaboradores e nossos parceiros representantes, pela contínua dedicação, profissionalismo e compromisso com que conduziram suas atividades à estratégia de negócios da administradora.

Curitiba, 11 de Abril de 2025.

Os Administradores

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Cotistas de
SERVOPA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
Curitiba - PR

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da SERVOPA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades de grupos para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SERVOPA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a posição patrimonial e financeira dos grupos de consórcios e as movimentações dos seus recursos para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de março de 2024.

LETICIA PIERETTI
Contadora CRC/RS 60.576

CONFIDOR AUDITORES ASSOCIADOS

CRCRS 2.209/T/SP/F/RS

Member of



RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

BALANÇO PATRIMONIAL			
(Em milhares de reais)			
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	62.754	52.736
Títulos e valores mobiliários	5	27.829	26.244
Contas a receber	6	10.244	7.653
Impostos a recuperar	7	15.847	4.189
Impostos diferidos	8	1.729	8.530
Adiantamentos		781	594
Outros créditos		628	496
Despesas antecipadas	9	19.810	12.927
Total do circulante		139.622	113.369
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
	Nota		
- Depósitos judiciais	10	5.195	5.856
- Títulos e valores mobiliários	5	283	258
- Despesas antecipadas	9	231.104	97.900
Investimentos	11	239	239
Imobilizado	12	6.027	5.961
Total do não circulante		242.848	110.214
COMPENSAÇÃO			
Recursos de consorciados a utilizar, utilizados e previsão mensal a receber de consorciados		25.348.787	21.458.016
Recursos não procurados a devolver a consorciados – grupos encerrados		14.693	14.144
Recursos recebidos de ações ajuizadas – grupos encerrados		2.301	1.644
Rendas de TVM, exceto variação cambial		8.149	10.902
Créditos tributários de diferença temporária – Diferido		1.729	8.530
Distribuição de remuneração de capital		8.702	6.544
Despesas futuras com incentivo a vendas		28.521	17.227
Outras contas de compensação ativa – Resolução BCB 156/2021	13	28.150	26.590
Total da compensação		25.441.032	21.543.597
TOTAL DO ATIVO		25.823.502	21.767.180
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			

BALANÇO PATRIMONIAL			
(Em milhares de reais)			
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE	Nota	2024	2023
Comissões a pagar	14	81.132	41.406
Obrigações trabalhistas		3.601	3.071
Obrigações tributárias	15	2.140	1.284
Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar	15	-	1.609
Recursos não procurados	16	7.764	7.856
Taxa de administração antecipada	17	54.763	8.595
Outras contas a pagar	18	1.997	556
Total do circulante		151.397	64.377
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Obrigações tributárias	15	5.073	5.073
Provisão para perdas	19	5.084	25.088
Taxa de administração antecipada	17	83.661	42.555
Total do não circulante		93.818	72.716
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	21		
Capital social		7.430	7.430
Reserva de capital		457	457
Reservas de lucros		129.368	78.603
Total do Patrimônio líquido		137.255	86.490
COMPENSAÇÃO			
Recursos de consorciados a utilizar, utilizados e previsão mensal a receber de consorciados		25.348.787	21.458.016
Recursos não procurados a devolver a consorciados – grupos encerrados		14.693	14.144
Recursos recebidos de ações ajuizadas – grupos encerrados		2.301	1.644
Rendas de TVM, exceto variação cambial		8.149	10.902
Créditos tributários de diferença temporária – diferido		1.729	8.530
Distribuição de remuneração de capital		8.702	6.544
Despesas futuras com incentivo a vendas		28.521	17.227
Outras contas de compensação passiva – Resolução BCB 156/2021	13	28.150	26.590
Total da compensação		25.441.032	21.543.597
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		25.823.502	21.767.180
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			

RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

DEMONSTRACAO DO RESULTADO				
(Em milhares de reais)				
	Nota	2º Sem. 2024	2024	2023
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	22	54.030	117.994	93.803
Despesas de vendas		-34.856	-57.422	-45.207
Despesas gerais e administrativas		-24.879	-44.613	-36.103
Outras receitas e despesas líquidas	23	21.857	21.851	26.979
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		16.152	37.810	39.472
Resultado financeiro líquido	24	22.769	44.525	32.864
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IRPJ E DA CSLL		38.921	82.335	72.336
Irpj e Csl – correntes	25	-3.683	-18.814	-17.557
Irpj e Csl – diferidos	25	-7.124	-6.801	-4.508
LUCRO LÍQUIDO		28.114	56.720	50.271
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis				

DEMONSTRACAO DO RESULTADO ABRANGENTE			
(Em milhares de reais)			
	2º Sem. 2024	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO	28.114	56.720	50.271
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	28.114	56.720	50.271
PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO ABRANGENTE		2024	2023
Controladores	28.114	56.720	50.271
TOTAL DAS PARTICIPAÇÕES	28.114	56.720	50.271
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO					
(Em milhares de reais)					
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA PARA FUTUROS INVESTIMENTOS	LUCRO DO EXERCÍCIO	TOTAL
SALDO EM 31/12/2022	7.430	457	31.078	-	38.965
Lucro do Exercício				50.271	50.271
Juros sobre capital próprio			-2.746		-2.746
Transferência para reservas:					
- Reserva de Lucros			50.271	-50.271	
SALDO EM 31/12/2023	7.430	457	78.603	-	86.490
Lucro do Exercício				56.720	56.720
Juros sobre capital próprio			-5.955		-5.955
Transferência para reservas:					
- Reserva de Lucros			56.720	-56.720	
SALDO EM 31/12/2024	7.430	457	129.368	-	137.255
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis					

RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA				
(Em milhares de reais)				
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	2º Sem 2024	2024	2023
Resultado ajustado				
Lucro líquido do exercício antes do IRPJ e CSLL		38.921	82.335	72.336
Depreciação e amortização	12	287	728	928
Provisão para perdas	19	-20.955	-20.004	1.145
TOTAL DO LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO		18.253	63.059	74.409
Varição do Ativo				
Contas a receber	6	-2.714	-2.591	-1.526
Impostos a recuperar	7	-2.930	-11.658	-1.381
Adiantamentos		-538	-187	-306
Depósitos judiciais	10	661	661	-716
Outros créditos		-33	-132	158
Despesas antecipadas	9	-77.518	-140.087	-110.801
TOTAL DA VARIÇÃO DO ATIVO		-83.072	-153.994	-114.572
Varição do Passivo				
	Nota		2024	2023
Comissões a pagar	14	19.744	39.726	41.406
Obrigações trabalhistas		87	530	-109
Obrigações tributárias	15	889	856	-671
Imposto de renda e contribuição Social pagos		-18.814	-20.423	-15.948
Recursos não procurados	16	-184	-92	-374
Provisão para comissões		-	-	-17.533
Taxa de administração antecipada	17	61.622	87.274	48.021
Outras contas a pagar	18	1.535	1.441	-690
TOTAL DA VARIÇÃO DO PASSIVO		64.879	109.312	54.102
Caixa gerado pelas Atividades operacionais	60		18.377	13.939
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
	Nota		2024	2023
Baixa de imobilizado/intangível	12	796	796	-
Aquisição de imobilizado e ativo de direito de uso	12	-916	-1.590	-939
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		-120	-794	-939
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
	Nota		2024	2023
Juros sobre capital próprio		-5.955	-5.955	-2.746
Partes relacionadas			-	-2.000
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-5.955	-5.955	-4.746
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-6.015	11.628	8.254
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4 e 5	96.881	79.238	70.984
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4 e 5	90.866	90.866	79.238
VARIAÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-6.015	11.628	8.254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS		
(Em milhares de reais)		
ATIVO	2024	2023
CIRCULANTE	1.808.441	1.495.593
Disponibilidades	595.506	470.040
Depósitos bancários	8.549	3.622
Títulos e valores mobiliários	586.957	466.418
Outros créditos	1.212.935	1.025.553
Bens apreendidos ou retomados	2.960	1.421
Direitos junto a consorciados contemplados	1.209.975	1.024.132
COMPENSAÇÃO	25.780.644	16.101.582
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	90.850	71.422
Contribuições devidas aos grupos	12.983.969	8.131.786
Bens e serviços a contemplar	12.705.825	7.898.374
TOTAL DO ATIVO	27.589.085	17.597.175
PASSIVO	2024	2023
CIRCULANTE	1.808.441	1.495.593
Obrigações com consorciados	990.568	824.454
Valores a repassar	136.199	123.371
Obrigações com contemplações a entregar	572.757	434.118
Obrigações com a Administradora	897	1.027
Recursos a devolver a consorciados	92.118	90.454
Recursos dos grupos	15.902	22.169
COMPENSAÇÃO	25.780.644	16.101.582
Recursos mensais a receber de consorciados	90.850	71.422
Obrigações dos grupos por contribuições	12.983.969	8.131.786
Bens e serviços a contemplar	12.705.825	7.898.374
TOTAL DO PASSIVO	27.589.085	17.597.175
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS		
(Em milhares de reais)		
	2024	2023
DISPONIBILIDADES (SALDOS INICIAIS)		
Depósitos bancários	3.622	3.172
Aplicações financeiras	32.299	18.442
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	434.118	399.593
TOTAL DAS DISPONIBILIDADES INICIAIS	470.039	421.207
(+) RECURSOS COLETADOS	2024	2023
Contribuições para aquisição de bens	1.104.963	930.823
Taxa de administração	222.934	154.439
Contribuições ao fundo de reserva	3.783	2.424
Rendimento de aplicações financeiras	45.622	44.673
Multa e juros moratórios	3.265	3.170
Prêmio de seguros	5.451	3.461
Outros	3.170.910	2.549.272
TOTAL DOS RECURSOS COLETADOS	4.556.928	3.688.262
(-) RECURSOS UTILIZADOS	2024	2023
Aquisição de bens	-972.243	-889.899
Taxa de administração	-222.934	-154.439
Multa e juros moratórios	-1.632	-1.585
Prêmios de seguros	-5.227	-3.362
Devolução a consorciados desligados	-19.107	-13.500
Outros (rateios encerramento de grupos)	-3.210.318	-2.576.645
TOTAL DOS RECURSOS UTILIZADOS	-4.431.461	-3.639.430
DISPONIBILIDADES (SALDOS FINAIS)	2024	2023
Depósitos bancários	8.549	3.622
Aplicações financeiras	14.200	32.299
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	572.757	434.118
TOTAL DAS DISPONIBILIDADES FINAIS	595.506	470.039
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O PERÍODO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)****NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Sociedade tem como atividade a formação e administração de grupos de consórcios de bens móveis e imóveis.

A Sociedade foi objeto de reestruturação societária por meio da Cisão Parcial da sócia controladora Paranapart Participações Societárias Ltda. ("Paranapart"), ocorrida em 25/09/2024, em que a totalidade das quotas sociais detidas pela Paranapart foram transferidas e incorporadas ao patrimônio da Br Vos Participações Societárias Ltda (Br Vos), nova controladora integral da Sociedade.

Ambas as empresas, Paranapart e Br Vos são controladas pelas mesmas sócias. Desta forma, mesmo com a reestruturação societária, não houve alteração do controle final, que ficou mantido com as mesmas sócias.

NOTA 2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis da Sociedade foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para as atividades de administração de consórcios, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), atendendo ainda às normas e instruções do Banco Central do Brasil (Bacen) e do Plano de Contas das instituições Financeiras (COSIF).

As presentes demonstrações contábeis estão sendo apresentadas comparativamente aos valores referentes ao exercício findo em 31/12/2023. Para fins de melhor comparabilidade, foram efetuadas algumas reclassificações de nomenclaturas no exercício de 31/12/2023, em cotejo às demonstrações apresentadas em 31/12/2024.

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC requer que a administração da Sociedade faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira sistemática pela Sociedade e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas.

As principais práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade, e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis é o seguinte:

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Receitas de contratos com clientes – Resolução BCB nº 120/2021

A Resolução trata dos critérios para o reconhecimento, mensuração e escrituração das receitas pelas empresas administradoras de consórcios.

A Circular BCB nº 2.381/1993 disciplinava que as receitas de taxa de administração deveriam ser contabilizadas pelo regime de caixa, ou seja, de acordo com o seu efetivo recebimento. Agora, por meio da referida Resolução BCB nº 120/2021, a adoção do CPC 47 se tornou obrigatória e a contabilização das receitas será efetuada pelo regime de competência.

A empresa adotou, a partir de dezembro de 2022, a contabilização pelo regime de competência de suas receitas. Assim, foram contabilizadas as receitas que ainda estavam pendentes de recebimento bem como os adiantamentos recebidos, seja por antecipação de parcelas, seja por contemplação por lance.

Também como reflexo da nova forma de contabilização das receitas, as comissões pagas aos representantes, como caracterizam custos incrementais relativos aos ativos de contratos, estão apresentadas no ativo em conta de despesas antecipadas no circulante e não circulante e serão apropriadas ao resultado do exercício pelo Regime de Competência, em função dos respectivos prazos de contratos com clientes.

Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, sendo que, quando aplicável, são acrescidos de rendimentos e das variações monetárias auferidos até a data do balanço.

A Sociedade reconhece os ativos quando o recurso é controlado por ela, oriundo de eventos passados, e que provavelmente irão gerar um benefício econômico futuro.

Investimentos

Registrados pelo valor de custo, líquidos da provisão para perda, quando necessária.

Imobilizado

Demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos dos impostos recuperáveis e da depreciação acumulada.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método das quotas constantes (exceto as imobilizações em andamento). As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na nota explicativa nº 12.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

Por meio da Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023, o Banco Central incorporou os conceitos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, com vigência e efeitos prospectivos a partir de 1 de janeiro de 2025. A Sociedade já adaptou seus controles à referida Resolução, sendo que os procedimentos contábeis adotados em 2024 já estão adequados. Destaque-se que a referida resolução não adotou o CPC 48 integralmente, mas seus conceitos foram respeitados e/ou adaptados à realidade das administradoras de consórcio. Não foram revogados quaisquer normativos atualmente aplicáveis às administradoras e aos grupos de consórcios.

A referida resolução estabelece procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como: somente pagamento de principal e juros; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas aos riscos de crédito; e a evidência de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

Embora a Resolução BCB nº 92 determine que a administradora de consórcio deve observar as normas do COSIF na escrituração, reconhecimento, mensuração e evidência contábil dos grupos administrados, para fins da Resolução BCB nº 352, somente é exigida a mensuração pelo valor justo das aplicações financeiras dos grupos de consórcios, permanecendo inalterados demais procedimentos contábeis aplicáveis aos grupos de consórcios.

A Sociedade se adaptou à nova normativa e redefiniu os controles internos e os critérios contábeis que são aplicáveis aos instrumentos financeiros. O modelo de adoção da Resolução BCB nº 352 na administradora de consórcio foi implantado observando rigorosamente as melhores práticas.

A Sociedade classifica seus ativos financeiros com base no Modelo de Negócios para gestão desses ativos e nas características contratuais dos fluxos de caixa, geralmente com base no Custo Amortizado reconhecido no resultado do exercício.

A Sociedade tem como objetivo utilizar apenas capital próprio. Atualmente não há passivos financeiros. Todavia, havendo necessidade de contratação de passivos financeiros, preferencialmente, serão utilizadas as modalidades de empréstimos bancários ou de entidades semelhantes com taxa de juros fixa e/ou variável.

Não estão previstos Derivativos no modelo de negócios. Se alguma operação for estudada, deverá, após o estudo de viabilidade ter aprovação da diretoria e dos sócios.

No caso de Recebíveis de Contratos com Clientes ("Taxa de Administração"), o reconhecimento contábil é efetuado pelo valor a que a administradora de consórcio espera ter direito.

As receitas e os encargos dos instrumentos financeiros classificados na categoria valor justo no resultado (VJR), se existentes, devem ser apropriados ao resultado conforme as taxas de remuneração definidas em contrato.

No caso de existir Ativo Financeiro com problema de recuperação de crédito, a apropriação das receitas financeiras incorridas é cessada e somente serão apropriadas se houver certeza do recebimento do crédito. Adicionalmente, se necessário, será constituída provisão para perdas. Atualmente não há nenhum ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

A Sociedade tem como modelo de negócios aprovado a aquisição de Instrumentos Financeiros de instituições de primeira linha em que os ativos sejam classificados pelas agências de rating como "A" ou "B", preferencialmente de renda fixa, sem a inclusão de instrumentos derivativos de risco elevado.

A Sociedade acompanha mensalmente o fluxo de caixa de cada grupo de consórcios, não apenas o efetivo, mas também as projeções de fechamento individual. No caso de haver grupo ou grupos de consórcios em que haja projeção de fechamento deficitário, uma provisão é requerida para aporte de recursos. No caso de a Sociedade constatar o encerramento de grupos deficitários os aportes de recursos já provisionados serão levados a efeito. Em contrapartida a Sociedade irá buscar satisfazer o seu crédito em decorrência de inadimplência de clientes junto ao referido grupo.

Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, sendo que, quando aplicável, são acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

A Sociedade reconhece um passivo quando existe a obrigação legal na data do balanço, que vai proporcionar uma saída de caixa ou equivalente.

Atualização monetária e ajustes a valor presente de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até a data do balanço. A contrapartida dessas atualizações é refletida diretamente no resultado do exercício a que se refere.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários relevantes de curto e longo prazos é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis da Sociedade tomadas em seu todo. Calcula-se esse ajuste com base nos fluxos de caixa previstos e respectivas taxas de juros.

Provisão para perdas trabalhistas, fiscais e cíveis

As provisões para perdas trabalhistas, fiscais e cíveis são constituídas mediante avaliações de seus riscos e quantificadas com base em parecer jurídico sobre processos e outros fatos contingenciais conhecidos na data do encerramento do exercício. Tais provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação legal ou constituída como resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja requerida para liquidar a obrigação e o valor da provisão possa ser estimado de maneira confiável.

Imposto de renda e contribuição social sobre os lucros

As bases de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foram determinadas conforme o regime de tributação de lucro real anual. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela anual excedente a R\$ 240 mil. A contribuição social foi calculada à razão de 9% sobre o lucro tributável.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As demais receitas, despesas e custos são reconhecidos quando incorridos e/ou realizados de acordo com o regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de sua realização.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Contas	2024	2023
Caixa	10	23
Bancos	1.834	762
Aplicações financeiras	60.910	51.951
Total	62.754	52.736

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por aplicações de renda fixa, com mercado de liquidez de curto prazo e estão sujeitas às conversões imediatas em dinheiro por valores conhecidos e riscos reduzidos de mudanças de valor.

Instituição	Modalidade	2024	2023
Caixa Econômica Federal	Fundo Mega Referenciado DI	5.581	2.249
Banco Bradesco S/A	Fundo H FIRF REF DI CP LP	13.242	16.158
Banco Santander S/A	CDB	3.168	2.884
Banco do Brasil	BB Amplo FICFI RF LP	1.207	1.104
Banco Santander S/A	Cotas de fundos de renda variável	2.381	3.136
Ubs Brasil Adm. De Valores	Athena I FI Multimercado – Crédito Privado	25.983	24.496
XP Investimentos	CDB	1.681	1.924
Banco C6 S/A	CDB PC 116% CDI CETIP	6.358	-
XP Investimentos	FIC FIRF CP – BNP Paribas	1.309	-
Total		60.910	51.951

NOTA 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Instituição	Modalidade	2024	2023
Ubs Brasil Adm. de Valores	Athena II FIC FIM CP	27.829	26.244
Xp Investimentos	Debêntures	283	258
Total		28.112	26.502

Segregação no balanço patrimonial	2024	2023
Circulante	27.829	26.244
Não circulante	283	258
Total	28.112	26.502

NOTA 6. CONTAS A RECEBER

Contas	2024	2023
Cartões de crédito	243	262
Taxa de administração a receber CPC 47	5.592	3.473
Avisos bancários em trânsito	35	34
Aporte de recursos – grupos deficitários	2.375	1.811
Aporte de recursos – grupos em andamento	494	1.027
Taxas a receber – grupos	1.505	1.046
Total sem provisão	10.244	7.653

NOTA 7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Contas	2024	2023
Imposto de renda	9.390	4.029
CSL a recuperar	2.937	160
Outros	3.520	-
Total	15.847	4.189

Os saldos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) a recuperar estão demonstrados líquidos das respectivas provisões para IRPJ e CSLL a recolher apurados no exercício social.

NOTA 8. IMPOSTOS DIFERIDOS

Curto prazo	2024	2023
Imposto de renda	1.271	6.272
Contribuição social	458	2.258
Total	1.729	8.530

Os impostos diferidos são relativos ao imposto de renda (25%) e contribuição social (9%) sobre as provisões temporárias de: (i) comissões futuras a pagar; (ii) Passivos contingentes; e (iii) Contingências cíveis e trabalhistas.

NOTA 9. DESPESAS ANTECIPADAS

Contas	2024	2023
Comissões pagas	250.856	110.800
Outras despesas antecipadas	58	27
Total	250.914	110.827

Segregação no balanço patrimonial	2024	2023
Circulante	19.810	12.927
Não circulante	231.104	97.900
Total	250.914	110.827

Como resultado do reflexo da nova forma de contabilização das receitas (CPC 47 e Resolução BCB 12/2021), as comissões pagas aos representantes, caracterizam custos incrementais relativos aos ativos de contratos e serão apropriados ao resultado do exercício pelo regime de competência em função dos respectivos prazos dos contratos com clientes.

NOTA 10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Contas	2024	2023
Trabalhistas	5.073	5.073
Outros	122	783
Total	5.195	5.856

NOTA 11. INVESTIMENTOS

Contas	2024	2023
Propriedades para investimento	239	239
Total	239	239

NOTA 12. IMOBILIZADO

Contas	Taxa de Deprec. Anual	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 2024	Líquido 2023
Benfeitorias em propriedades de terceiros	4%	697	(107)	590	618
Computadores	20%	7.277	(6.777)	500	838
Móveis e utensílios	10%	1.591	(1.097)	494	579
Veículos	20%	452	(44)	408	201
Consórcios em andamento		4.013	-	4.013	3.725
Imobilizações em andamento		22	-	22	-
Total		14.052	(8.025)	6.027	5.961

A movimentação das contas do imobilizado (custo e depreciação) no exercício de 2024 é apresentada a seguir:

Custos	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Saldo em 2024
Benfeitorias em propriedades de terceiros	697	-	-	697
Computadores	7.133	144	-	7.277
Móveis e utensílios	1.543	48	-	1.591
Veículos	274	452	(274)	452
Consórcios em andamento	3.725	924	(636)	4.013
Imobilizações em andamento	-	22	-	22
Total	13.372	1.590	(910)	14.052

Depreciação acumulada	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Saldo em 2024
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(79)	(28)	-	(107)
Computadores	(6.295)	(482)	-	(6.777)
Móveis e utensílios	(964)	(133)	-	(1.097)
Veículos	(73)	(85)	114	(44)
Total	(7.411)	(728)	114	(8.025)
Total geral	5.961	862	(796)	6.027

NOTA 13. OUTRAS COMPENSAÇÕES – RESOLUÇÃO BCB 156/2021

Contas	2024	2023
Valores a receber ajuizados de grupos encerrados	10.090	9.791
Aplicação financeira de recursos a devolver a consorciados – grupos encerrados	16.994	15.788
Bens retomados de grupos encerrados	1.066	1.011
Total	28.150	26.590

a. Valores a receber ajuizados de grupos encerrados

Refere-se a valores passíveis de recebimento após encerramento dos grupos.

b. Aplicação financeira de recursos a devolver a consorciados - grupos encerrados

Refere-se a valores que não foram distribuídos entre os consorciados devido a dificuldades na sua localização, conforme disposto da Resolução BCB nº 156 de

19/10/2021, que entrou em vigor em 01/01/2022. Referidos valores estão aplicados no mercado financeiro, nas mesmas condições dos grupos ativos.

c. Bens retomados de grupos encerrados

Refere-se a bens móveis retomados de consorciados inadimplentes, os quais serão vendidos e os recursos destinados aos consorciados adimplentes que pertenceram ao grupo até o seu encerramento.

NOTA 14. COMISSÕES A PAGAR

Contas	2024	2023
Comissões a pagar	81.132	41.406
Total	81.132	41.406

Refere-se a comissões a pagar aos representantes que deverão ocorrer em um prazo de até 12 meses.

NOTA 15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Contas	2024	2023
IRPJ a pagar	-	1.047
CSL a pagar	-	562
ISS a pagar	953	528
PIS a pagar	879	894
COFINS a pagar	4.085	4.185
Outros	1.296	750
Total	7.213	7.966
Segregação no balanço patrimonial	2024	2023
Circulante	2.140	2.893
Não circulante	5.073	5.073
Total	7.213	7.966

Os valores informados no grupo do não circulante estão vinculados aos depósitos judiciais, cujas discussões sobre a obrigatoriedade de recolhimento estão sendo discutidas judicialmente.

NOTA 16. RECURSOS NÃO PROCURADOS

Descrição	2024	2023
Recursos não procurados	7.764	7.856
Total	7.764	7.856

Refere-se a valores recebidos após encerramento dos grupos e que não foram distribuídos entre os consorciados devido a dificuldades na sua localização. Com o objetivo da realização do saldo de recursos não procurados, são realizadas sucessivas tentativas de contato com os consorciados além da divulgação dos saldos pelo Banco Central.

NOTA 17. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO ANTECIPADA

Descrição	2024	2023
Taxa de administração antecipada	138.424	51.150
Total	138.424	51.150

Segregação no balanço patrimonial	2024	2023
Circulante	54.763	8.595
Não circulante	83.661	42.555
Total	138.424	51.150

Refere-se a recebimentos de taxa de administração por antecipação de parcelas ou por lances efetuados por clientes. A contabilização dos valores recebidos antecipadamente foi efetuada pelo regime de competência, conforme exigido pelo CPC 47 e Resolução BCB 120/2021, em função dos prazos dos contratos com clientes.

NOTA 18. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Contas	2024	2023
Fornecedores diversos	1.657	451
Credores diversos	1	2
Outras	339	103
Total	1.997	556

NOTA 19. PROVISÃO PARA PERDAS

Contas	2023	Variação	2024
Contingências Trabalhistas	77	67	144
Contingências cíveis	612	(211)	401
Passivos contingentes	24.399	(19.860)	4.539
Total	25.088	(20.004)	5.084

A Sociedade é parte em processos em andamento, de natureza trabalhista, cível e tributária, classificados como riscos de perdas "provável e "possível" pelos seus consultores jurídicos externos. Tais processos totalizam em 31 de dezembro de 2024, aproximadamente, R\$ 545 (2023 - R\$ 689) e R\$ 8.938 (2023 - R\$ 5.820), respectivamente. O valor estimado de perdas prováveis foi objeto de contingenciamento contábil em 31/12/2024 e 31/12/2023.

Com relação aos passivos contingentes, a Sociedade optou por constituir provisão para possíveis perdas de créditos liberados para consorciados, ativos, com o bem e ajuizados para retomada do crédito. Os valores levantados são atualizados, sendo aplicado um percentual sobre o saldo devedor ajuizado para a constituição da provisão, conforme comportamento da inadimplência do período.

NOTA 20. PARTES RELACIONADAS

A Sociedade efetuou transações com a Paranapart Administradora de Bens Ltda., relativas à locação do imóvel, representando no exercício R\$ 580 e no 2º semestre R\$ 290 (2023 - R\$ 554).

NOTA 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a. Capital social

O capital social na data dos balanços é de R\$ 7.430 mil (sete milhões, quatrocentos e trinta mil reais), dividido em 7.430.000 (sete milhões, quatrocentas e trinta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

b. Reservas de capital

Constituída por incentivo fiscal e correção monetária de exercícios anteriores.

c. Reservas de lucros

Constituída pela transferência dos resultados de exercícios anteriores.

Para o exercício de 2024, a Administração propôs a transferência do lucro líquido do exercício para contas de reservas de retenção de lucros. Os sócios deliberarão sobre a sua manutenção em reservas ou a distribuição de lucros.

NOTA 22. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Receita operacional bruta	2º Sem 2024	2024	2023
Prestação de serviços	66.436	142.239	110.889
Total da Receita bruta	66.436	142.239	110.889
(-) Impostos sobre vendas	(12.406)	(24.245)	(17.086)
Receita operacional líquida	54.030	117.994	93.803

NOTA 23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Receitas e Despesas	2º Sem 2024	2024	2023
Recuperação de despesas	-	-	577
Reversão de provisão para comissões	-	-	25.260
Contingências para grupos em andamento	(1.148)	(1.148)	-
Reversão de provisões	23.039	23.039	1.174
Baixa de ações judiciais	(26)	(30)	(25)
Outros	(8)	(10)	(7)
Total	21.857	21.851	26.979

NOTA 24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Receitas financeiras	2º Sem 2024	2024	2023
Renda de títulos e valores mobiliários	4.693	8.149	10.902
Recebimento de multas	20.065	40.045	25.580
Outras receitas	11	207	160
Total das receitas financeiras	24.769	48.401	36.642
Despesas financeiras			
Variação monetária passiva	(1.755)	(3.605)	(3.696)
Prejuízo de títulos e valores mobiliários	(140)	(146)	(34)

Demais despesas financeiras	(105)	(125)	(48)
Total das despesas financeiras	(2.000)	(3.876)	(3.778)
Resultado financeiro líquido	22.769	44.525	32.864

NOTA 25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes	2024	2023
Imposto de renda	(13.630)	(12.753)
Contribuição social sobre o lucro	(5.184)	(4.804)
Total	(18.814)	(17.557)

IRPJ e CSL – correntes	2024	2023
Resultado antes dos impostos	82.335	72.336
(+) Adições	8.416	14.178
(-) Exclusões	(33.156)	(33.136)
Base de cálculo	57.595	53.378
Alíquota efetiva	32,67%	32,89%
Valor do imposto	(18.814)	(17.557)

IRPJ e CSL – diferidos ativos

Bases das diferenças temporárias	2023	Variação	2024
Contingência trabalhista	77	67	144
Contingências cíveis	612	(211)	401
Passivos contingentes	24.399	(19.860)	4.539
Total das bases	25.088	(20.004)	5.084

Total do IRPJ e CSL – diferidos ativos	2023	Variação	2024
IRPJ	6.272	(5.001)	1.271
CSL	2.258	(1.800)	458
Total do diferido	8.530	(6.801)	1.729
TOTAL	8.530	(6.801)	1.729

NOTA 26. RESUMOS DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIO

Posição das operações do consórcio nos períodos:	2024	2023
Quantidade de grupos administrados	193	187
Bens entregues no período	5.160	4.631
Bens entregues no total	30.123	29.595
Taxa de Inadimplência	15%	18%
Quantidade de consorciados ativos	96.209	73.318
Quantidade de consorciados excluídos no período	8.028	3.542
Quantidade de consorciados excluídos total	45.226	34.060
Quantidade de bens pendentes de entrega	6.558	5.097

NOTA 27. APLICAÇÕES FINANCEIRAS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

As aplicações financeiras são efetuadas exclusivamente em quotas do BRADESCO H FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO TÍTULOS PÚBLICOS, CNPJ 00.885.762/0001-12, nos termos do artigo 6º da Circular nº 3.432/09 e estão demonstradas pelos valores aplicados mais os rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data do balanço (regime de competência).

NOTA 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos Financeiros	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	62.754	52.736
Títulos e valores mobiliários	28.112	26.502
Contas a receber	10.244	7.653
Total	101.110	86.891
Passivos Financeiros	2024	2023

Recursos Não procurados	7.764	7.856
Total	7.764	7.856

Sobre instrumentos Financeiros vide nota explicativa 3 – Sumário das Principais Práticas Contábeis – Instrumentos Financeiros em que são descritos os procedimentos utilizados, bem como as práticas adotadas pela Sociedade.

NOTA 29. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade mantém contratos de cobertura de seguros em montante considerado suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, levando em conta a natureza e o grau de risco.

As premissas de risco adotada, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas por nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros, por natureza, em relação aos valores máximos indenizáveis está demonstrada a seguir:

Data de vigência			
<u>Bens segurados</u>	<u>De</u>	<u>Até</u>	<u>Importância segurada</u>
Edifícios	17/08/2024	17/08/2025	39.406

NOTA 30. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Sociedade em 05 março de 2025, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações contábeis, quando requeridos.

BR VOS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.
SÓCIO QUOTISTA
CNPJ 31.594.289/0001-48

ANYA S. VOSWINCKEL CELESTINO
SÓCIA QUOTISTA
CPF 802.389.989-91

RICARDO VOGMAN DE LIMA
CPF 003.329.539-55
CRC PR – 054107/O-9